



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



TURMA DO SR [REDAZIDA]

PERÍODO: 18/08/2015 À 28/08/2015.

LOCAL: SANTANA DO ACARAÚ-CE

ATIVIDADE: EXTRAÇÃO DE PALHA DE CARNAÚBA - 0220-9/99 - COLETA DE PRODUTOS NÃO-MADEIREIROS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE EM FLORESTAS NATIVAS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 2°55'59.36"S 40° 8'1.38"O E 2°59'35.56"S 40° 8'50.77"O

OPERAÇÃO: 52/2015,

ÍNDICE

I - DA EQUIPE.....	03
II - DA MOTIVAÇÃO.....	04
III - DA SÍNTESE DA OPERAÇÃO.....	05
IV - DO RESPONSÁVEL.....	06
V - DA OPERAÇÃO.....	07
1 - Da Ação Fiscal.....	07
2 - Dos Autos de Infração.....	08
VI - DA CONCLUSÃO.....	09

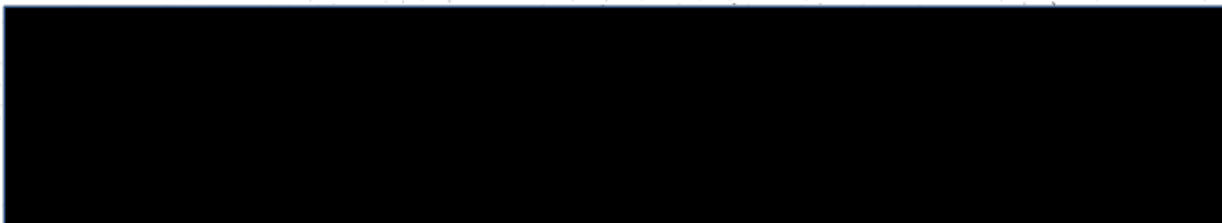
ANEXOS

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

AUTOS DE INFRAÇÃO

I - DA EQUIPE

1.1- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE



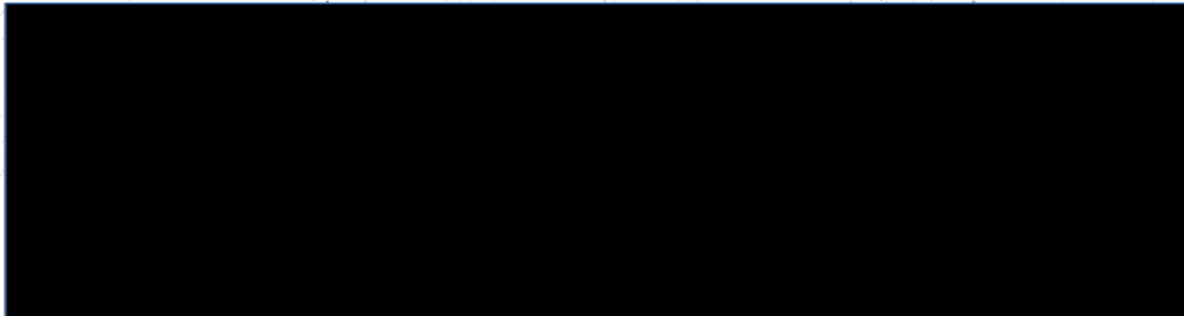
1.2 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - MPT



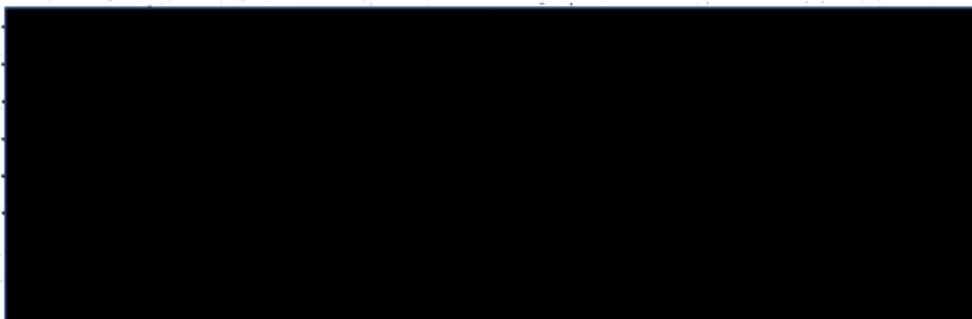
1.3 – DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – DPU



1.4 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF



1.5 – POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - PRF



II - DA MOTIVAÇÃO

O Grupo Especial de Combate ao Trabalho Escravo - GEFM, constituído por Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, representante do Ministério Público do Trabalho, representante do Ministério Público Federal, representante da Defensoria Pública da União e Policiais Rodoviários Federais, foi destacado para averiguar denúncia em desfavor das atividades de coleta de palha de carnaúba na região de Acaraú-CE e Granja-CE, onde trabalhadores estariam submetidos a condições análogas a de escravo.

III - DA SÍNTESE DA OPERAÇÃO

- SISACTE: 2235
- Município em que ocorreu a fiscalização: Acaraú - CE
- Locais inspecionados: Fazendas Santa Rita e Tapera – Zona Rural de Acaraú – CE – CEP: 62580-000
- Empregador inspecionado: [REDACTED]
- CEI [REDACTED]
- CPF [REDACTED]
- Endereço de correspondência: [REDACTED]
- Atividade: extração de palha de carnaúba (CNAE 0220999)
- Trabalhadores encontrados: 41
- Trabalhadores alcançados: 41
- Trabalhadores sem registro: 41
- Trabalhadores registrados no curso da ação fiscal: 40
- Trabalhadores resgatados: NÃO HOUVE
- Atividades que os trabalhadores estavam desempenhando: vareiro, aparador, enfiador, comboeiro e cambiteiro .
- Quantidade de menores e idade: NÃO FOI CONSTATADO MENOR
- Valor dano moral individual: R\$0,00
- Valor dano moral coletivo: R\$0,00
- Autos de Infração lavrados (quantidade): 05
- Principais irregularidades: admitir empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente; deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional; deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamento de proteção individual; deixar de disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho; deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições.
- Termos de Interdição lavrados: 00
- Termos de Embargo lavrados: 00
- Guias de SDTR emitidas: 00
- CTPS expedidas: 00
- FGTS mensal depositado durante a ação fiscal: R\$0,00
- FGTS rescisório depositado durante a ação fiscal: R\$0,00
- Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC: 00
- Armas e munições apreendidas: 00

IV- DO RESPONSÁVEL

- Empregador: [REDACTED]
- Endereço: [REDACTED]
[REDACTED]
- Fone [REDACTED]
- CPF: [REDACTED]
- CEI: [REDACTED]
- Locais fiscalizados: Fazenda Santa Rita e Tapera

V - DA OPERAÇÃO

1 - Da Ação Fiscal

Em ação fiscal do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Escravo - GEFM, constituído por Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, Procurador do Ministério Público do Trabalho, Procuradores do Ministério Público federal, Defensor Público Federal e Policiais Rodoviários Federais, iniciada em 19/08/2015, em curso até a presente data, em duas áreas arrendadas pelo empregador supra identificado, situadas nas coordenadas geográficas 2°55'59.36"S 40° 8'1.38"O e 2°59'35.56"S 40° 8'50.77"O, onde a atividade era a extração da palha da carnaúba, verificamos que referido empregador mantinha 41(quarenta e um) trabalhadores nas funções de vareiro, aparador, enfiador, comboieiro, cambiteiro.

Verificamos durante entrevista com os trabalhadores e o empregador e também analisando documentação, que o empregador não registrou os trabalhadores e nem submeteu-os ao Exame Médico admissional. De fato, os trabalhadores só foram registrados após o empregador ter sido devidamente notificado pela fiscalização.

Constatou-se também durante verificação física na frente de trabalho que alguns dos trabalhadores laboravam utilizando bota, óculos de sol, chapéu de palha ou boné, e vestimentas com mangas longas. Alguns dos trabalhadores utilizavam luvas de tecido. Estes equipamentos eram dos mais diversos tipos e modelos e foram adquiridos pelos próprios trabalhadores. Os trabalhadores que utilizavam luvas cortavam a ponta dos dedos da luva para que ficasse melhor agarrar as ferramentas. Os óculos apesar de protegerem do sol, não eram os adequados para proteção contra a possível queda de palha da carnaúba nos olhos. Quando entrevista o empregador afirmou que não fornecia os equipamentos de proteção individual.

Constatou-se também durante verificação física na frente de trabalho que os trabalhadores na atividade de aparador faziam uso de facas e foices adquiridos por eles mesmos, para exercerem suas atividades.

Constatou-se também durante verificação física na frente de trabalho que os trabalhadores comem sua merenda o o almoço debaixo debaixo das poucas sombras que existem no campo, sentados no chão ou em tocos, sem o menor conforto. De fato, verificou-se que não era disponibilizado pelo empregador qualquer abrigo para que os trabalhadores pudessem ficar durante as refeições.

Feitas as entrevistas e a inspeção nas instalações da Fazenda, a equipe de fiscalização notificou o empregador para apresentar documentação em dia, hora e local determinado na notificação.

2 - Dos Autos de Infração

Foram lavrados 1(um) Auto de Infração relativo à legislação e 4 (quatro) Autos de Infração em face de infrações relativas às normas de segurança e saúde no trabalho.

Número	Ementa	Descrição da ementa (Capitulação)
Empregador: [REDACTED]		
1	207752877 0000108	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente. (Art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
2	207752885 1310232	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assumam suas atividades. (Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.)
3	207752893 1314645	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual. (Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.)
4	207752907 1312022	Deixar de disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador ou deixar de substituir as ferramentas disponibilizadas ao trabalhador, quando necessário. (Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.11.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.)
5	207752915 1313720	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições. (Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.4.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.)


VI - CONCLUSÃO

Embora o exposto, a denúncia é, no tempo que foi atendida, IMPROCEDENTE no que tange as práticas que caracterizam o trabalho em condições degradantes, nem tampouco as condições encontradas no local de trabalho justificam resgate de trabalhador, nos termos do artigo 2º da Lei 7.998/90.

Santa Maria-RS, 8 de setembro de 2015.


Coordenador de Grupo Móvel


Auditor Fiscal do Trabalho


Subcoordenador de Grupo Móvel